

Handwritten signatures in blue ink.



RELATÓRIO E CONTAS

2022



ÍNDICE

Relatório de Gestão	3
Demonstrações Financeiras	28
Parecer do Conselho Fiscal	74
Certificação Legal das Contas	75

H.
Freitas
[Signature]



RELATÓRIO DE GESTÃO

2022



Em cumprimento da Lei e do Contrato Social, a Mesa Administrativa vem ora apresentar o **Relatório de Gestão e as Contas** da “Santa Casa da Misericórdia de Meda”, Contribuinte nº 501233296, com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, na Meda. O presente relatório de gestão expressa de forma verdadeira a situação financeira e os resultados da atividade do exercício económico findo em 31 de dezembro de 2022.

ENQUADRAMENTO

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil.

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de Agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e valência de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social.

A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de Abril de 1929. Da primeira comissão nomeada a fim de organizar os estatutos pelos quais passaria a reger-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda, fizeram parte o Dr. Artur Augusto Pereira de Faria como presidente; Dr. Luís Maria Tavares de Albuquerque que desempenhou o cargo de vice-presidente; secretário o Pe. Ivon Augusto do Santo Brandão; tesoureiro o Pe. Álvaro Gomes dos Santos e como vogal o Dr. Artur de Jesus Tomé.

Existia a trabalhar em paralelo com a Misericórdia a Casa dos Pobres, à frente da qual se encontrava entre outros o Dr. Augusto César de Carvalho. Os primeiros e únicos estatutos Casa dos Pobres datam de 22 de Setembro de 1949, foram aprovados por despacho de 22/09/1949



do Subsecretário de Estado da Assistência Social, e publicados no Diário do Governo 240/2.ª série de 15/10/1949. Aqui funcionava a sopa dos pobres, albergue para velhos e inválidos e um centro materno-infantil.

Em 1961 por despacho de 22 de Março de 1961 do Sr. Ministro da Saúde e Assistência e publicação no Diário do Governo n.º 77 2.ª série de 3 de Abril de 1961, dá-se a integração da chamada Casa dos Pobres na Misericórdia, pois na opinião do Sr. Ministro, era completamente descabida a existência de duas Instituições a trabalhar isoladamente.

A 6 de Maio de 1961 foi efetuada por parte da direção da Casa dos Pobres à direção da Santa Casa da Misericórdia a entrega de todos os bens e valores.

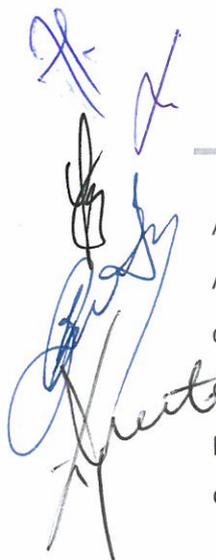
Como é do domínio público a determinada altura o Estado, reconhecendo necessidade de se debruçar atentamente sobre a medicina-preventiva, cria, por despacho ministerial, os chamados "Centros de Saúde" que em virtude desta determinação, começam a proliferar por toda a parte, chegando também a vez da vila de Meda.

Por isso a 8 de Outubro de 1971, à falta de instalações próprias e por cedência da Mesa, então em funções, instala-se na dita Casa dos Pobres, já então saturada, os serviços do Centro de saúde.

Situação que se manteve, trazendo atritos para a Misericórdia e provocando desentendimentos constantes entre a mesma e os serviços de saúde, até 1 de Setembro de 1981, data em que entrou em funções o novo e belo edifício do Centro de Saúde, construído com dinheiros Americanos e sob a orientação do Governo Português.

Através da celebração de protocolos com as diversas entidades regionais procura criar sinergias que potenciem a valorização económica dos recursos da região. Visa, em particular, apoiar a atividade das Instituições Particulares de Solidariedade Social, apoiar atividades de promoção da formação integral dos jovens, nomeadamente através do desporto e do aumento dos níveis de literacia financeira, e apoiar atividades culturais e de investigação científica em áreas com interesse na região.





A Santa Casa da Misericórdia de Meda teve como primeiro Provedor o Dr. Luís Tavares Albuquerque, natural da freguesia da Coriscada deste Concelho de Meda. Aqui exerceu durante muito tempo as funções de notário, sabendo enfrentar com dignidade as primeiras dificuldades, mas procurando incutir, um certo espírito religioso e caritativo, que sempre presidiu à fundação destas Instituições e esteve patente nos propósitos da rainha D. Leonor, obreira das primeiras Misericórdias, que apareceram em Portugal.

O seu mandato estendeu-se até 11 de Março de 1941, seguindo-se no desempenho das mesmas funções, o Dr. Fernando Augusto Alonso, que se manteve à frente dos destinos da Misericórdia até 3 de Junho de 1957, sendo substituído, por António Augusto de Carvalho, que estendeu o seu mandato até 4 de Fevereiro de 1962, seguiu-se o Sr. Claudino Soares Rebelo, Provedor até 19 de Fevereiro de 1967, dando lugar a Adriano da Assunção que esteve à frente da Misericórdia até 29 de Setembro de 1974. Nesta altura desponta no horizonte da vida da Misericórdia, o Padre Urbelino dos Santos Martins Pinto, que com uma visão clara da panorâmica das Misericórdias, soube imprimir um certo dinamismo e calor humano a esta obra que hoje é grandiosa e querida das gentes da Meda, que a acarinham e respeitam como empreendimento mais valioso do Concelho, dedicando-se por inteiro à Instituição até ao dia 21 de Março do ano de 1999.



Enquadramento Económico

O ano de 2022 foi marcado pelo surgimento da guerra Rússia-Ucrânia e pelo impacto do choque energético, de que resultaram uma elevada incerteza no panorama geopolítico e uma perda de confiança dos agentes económicos. A taxa de inflação atingiu um máximo histórico na área do euro e o valor mais elevado dos últimos 40 anos nos EUA; acompanhado de uma rápida subida das taxas de juro e da forte depreciação do euro face ao dólar.

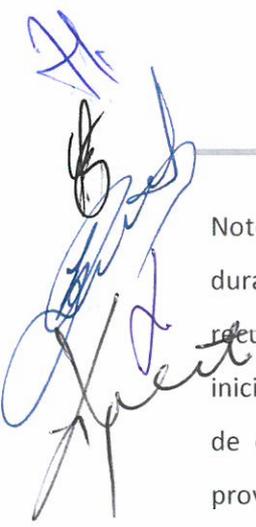
No seguimento da crise causada pelo COVID-19, a economia mundial caiu numa das mais profundas recessões desde a Grande Depressão. Ainda assim, a atuação célere das diversas autoridades internacionais foi fundamental, tendo as medidas de política monetária e orçamental, de regulação e supervisão micro e macro prudencial permitido mitigar os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas e das famílias. No geral, já se começa a sentir uma recuperação económica.

Ao longo do ano 2022, a pandemia COVID-19 continuou a ter impacto nas condições financeiras dos diversos agentes económicos, embora de forma mais ligeira face a anos anteriores. O processo de recuperação económica continuou o percurso ascendente que já tinha iniciado desde a primavera do ano anterior e vários países ultrapassaram os níveis pré-pandémicos de atividade económica de finais de 2019.

Apesar da incerteza sobre o futuro em tempos de pandemia, as empresas têm aprendido a lidar com a situação e a controlar o desenvolvimento da doença de forma a limitar os efeitos macroeconómicos. Os efeitos da guerra têm também feito sentir-se nas principais variáveis macroeconómicas dos países, bem como ao nível micro, com as empresas a ajustarem as suas decisões nomeadamente na aquisição de produtos de forma a controlarem os custos de matérias primas e da energia.

No entanto, espera-se que a recuperação continue a acontecer de forma desigual. A maioria das economias avançadas deverá continuar a sua trajetória de produção pré-pandémica, mas com um maior endividamento e ainda com um potencial de crescimento subjacente ainda modesto. Deve ser notado o potencial abrandamento do crescimento da economia chinesa, com potenciais impactos nas economias europeia e portuguesa.





Note-se ainda que em todas as economias surgiram pressões inflacionistas mais fortes e duradouras e situações de carência de mão-de-obra, embora o emprego ainda não tivesse recuperado totalmente. Este padrão deverá permanecer por um período mais longo do que o inicialmente esperado. A subida dos preços da energia representa um risco importante, sendo de esperar uma política monetária mais restritiva, deprimindo a procura e, dessa forma, provocando uma desaceleração económica.

Economia Mundial

Os EUA registam um enfraquecimento da atividade económica, com a produção industrial e as vendas a retalho a registar simultaneamente um abrandamento no quarto trimestre de 2022, em linha com o recuo dos indicadores de confiança da indústria e dos serviços. Esta evolução deveu-se à perda do poder de compra das famílias associada à elevada inflação; ao fim dos programas de ajudas massivas aos cidadãos; e ao prosseguimento da incerteza no panorama geopolítico e económico global. O investimento residencial continuou a demonstrar sinais de quebra, influenciado pela rápida subida das taxas de juro. Também se constata que no quarto trimestre de 2022, as taxas de juro de curto prazo (4,5%) ficaram acima das de longo prazo (3,8%), podendo sinalizar o surgimento de uma situação recessiva nos EUA.

A China deverá apresentar um crescimento mais moderado da sua em 2022, dado o exacerbação da pandemia e a manutenção da política de COVID zero até ao início do mês de dezembro, assim como a debilidade do setor imobiliário. Neste contexto, a produção industrial desacelerou, em média, para um crescimento de 3,6% nos meses de outubro e novembro e as trocas comerciais de bens apresentaram uma quebra, tanto nas exportações, como nas importações, impactando a redução da economia mundial e a fragilidade da procura interna.

Na área do euro, o indicador de sentimento económico aumentou em dezembro de 2022, pelo segundo mês consecutivo, em resultado da evolução mais favorável de todos os indicadores e confiança, com destaque para a melhoria da confiança na indústria, que inverteu o recuo consecutivo registado desde julho de 2022.

A inflação aparenta abrandar na parte final do ano, após ter atingido um máximo histórico na área do euro e o valor mais elevado dos últimos 40 anos nos EUA. A inflação nos EUA

aumentou de 4,7% em 2021 para 8% em 2022. A taxa de inflação da área do euro subiu para 8,4% (2,6% em 2021) sendo de destacar a aceleração em 37,1% e 10,4% dos preços de energia e produtos alimentares não transformados, respetivamente (13,2% e 1,7%, respetivamente em 2021). Por sua vez, a partir do verão de 2022, os estrangulamentos nas cadeias de valor globais foram-se atenuando (registando-se alguma recuperação dos stocks), verificando-se um abrandamento na evolução dos preços da generalidade das matérias-primas associadas à energia (petróleo e gás) e a produtos alimentares (nomeadamente agrícolas). Nesta sequência, o preço dos contentores, depois do aumento em 2021, diminuiu durante 2022, sugerindo a progressiva normalização da situação, mas também algum arrefecimento da procura.

Os mercados financeiros internacionais e de matérias-primas continuaram voláteis e dominados pela incerteza em torno do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e pelo aumento do pessimismo dos investidores perante uma possível recessão económica associada ao ajustamento monetário dos bancos centrais na tentativa de conter a escalada da inflação. De notar que o preço do petróleo Brent subiu de (60 €/bbl) em 2021 para 98,6 USD/bbl, ou seja, cerca de 56%. O aumento mais acentuado em euros resulta da forte depreciação do euro face ao dólar em 2022 (de 11% face a 2021). As taxas de juro de curto e longo prazo dos EUA e da área do euro apresentaram uma tendência ascendente ao longo de 2022, traduzindo o processo de normalização da política monetária em ambos os lados do Atlântico e invertendo o ciclo de taxas de juro negativas dos últimos anos.

De notar ainda que, na sequência de pressões inflacionistas, os bancos centrais da generalidade dos países e zonas monetárias tomaram posições mais restritivas nas políticas monetárias. A FED subiu a sua taxa de juro diretora duas vezes no ano de 2022, o Banco de Inglaterra procedeu a oito aumentos, enquanto o BCE aumentou por cinco vezes a sua taxa de referência, pelo que a taxa de referência se situa nos 2,75%.

Europa

O PIB dos países da OCDE cresceu 2,9% em 2022, uma taxa inferior à de 2021 que atingiu 5,7%, mas superior aos níveis anteriores à pandemia, uma vez que em 2019 a taxa de crescimento foi de 1,9%.





De notar que, no entanto, a Alemanha e a Itália registaram taxas negativas (-0,2% e -0,1% respetivamente) no último trimestre do ano. Também a França, Canadá e Estados Unidos apresentaram taxas de crescimento económico muito reduzidas, mas positivas. O Reino Unido e a União Europeia tiveram um crescimento nulo no quarto trimestre de 2022, embora a zona euro tenha crescido 0,1%. De salientar que, na última parte do ano, os efeitos da guerra na Ucrânia continuaram muito presentes, especialmente nos países mais próximos do conflito.

Economia portuguesa

A economia portuguesa prevê-se ter crescido 6,7% em 2022, tendo mantido um crescimento positivo de 0,2% no quarto trimestre, em relação ao trimestre anterior. Este crescimento económico segue-se ao crescimento de 5,5% no ano anterior que se seguiu à diminuição de 8,3% em 2020, que esteve associado aos efeitos adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica. No último trimestre do ano o PIB cresceu 3,1% em termos homólogos, pelo que desacelerou face aos 4,9% do terceiro trimestre. A procura interna foi o componente que mais contribuiu para a variação anual do PIB, mas inferior ao observado no ano anterior, verificando-se o aumento do consumo privado e um abrandamento do investimento. O contributo da procura externa líquida foi positivo em 2022, tendo-se registado um aumento das exportações de bens e serviços e uma diminuição das importações.

O abrandamento do crescimento do consumo privado ocorreu num contexto de aumento de incerteza, refletindo o impacto negativo crescente do aumento da inflação e das taxas de juro sobre o rendimento das famílias.

Apesar das ligeiras diminuições registadas nos indicadores de confiança da indústria transformadora, da construção e obras públicas e do comércio, e da diminuição mais significativa no setor dos serviços, o indicador de clima económico estabilizou em dezembro. Após cinco meses com taxas de variação homólogas positivas, o índice de produção industrial apresentou descidas em termos homólogos nos últimos dois meses. A descida verificada em novembro foi atenuada pela energia. Também o agrupamento de bens de investimento contribuiu positivamente para a variação do índice total, enquanto os agrupamentos de bens de consumo e de bens intermédios registaram contributos negativos. As indústrias de bens intermédios registaram a maior quebra de produção.

Consumo privado abrandou, motivado pelo comportamento dos bens não duradouros, que está relacionado com a componente de bens não duradouros, pois os bens duradouros registaram um crescimento acumulado até setembro de 13,1%, situando-se 0,5 p.p. abaixo do

Os custos de trabalho aumentaram 4,1% em termos homólogos no terceiro trimestre do ano, tendo os custos salariais e os outros custos registado um aumento similar. Consequentemente, assistiu-se a um aumento nos custos médios por trabalhador. A inflação do ano de 2022 foi de 7,8%, o valor mais elevado desde 1992, correspondendo a uma forte aceleração relativamente ao valor do ano anterior. Os preços dos produtos energéticos desaceleraram nos últimos meses do ano, mas no ano de 2022 aumentaram cerca de 23,7%. Os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas apresentaram uma variação de preços elevada, apesar de ligeiro abrandamento, sendo que aumentaram cerca de 13%, o que tem grande impacto na atividade. A inflação prevê-se que continue a aumentar, o que estará associado à subida do preço das matérias-primas, energia e outras, e à manutenção de estrangimentos nas cadeias de abastecimento globais. A recuperação da procura dos serviços mais afetados pela pandemia contribui também para o aumento da inflação.

As taxas de juro continuaram a aumentar ao longo do ano de 2022. A taxa de juro média dos novos empréstimos às empresas aumentou para 3,03% em Portugal e para 2,39% na área do euro. A capacidade de as empresas fazerem face a um aumento das taxas de juro é superior à de crises anteriores, devido à redução do endividamento e ao aumento do capital das empresas entre a crise da dívida soberana e a crise pandémica, assim como à recuperação da rentabilidade das empresas após o choque pandémico e à acumulação de depósitos pelas empresas durante a crise pandémica, que reforçou o aumento da liquidez já observado desde 2013. De notar ainda que o retorno à redução do rácio da dívida pública verificada ao longo de 2021 e 2022 contribuiu para uma melhoria do rating da República.

A recuperação da atividade tem-se traduzido num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. Apesar do perfil de crescimento para os próximos anos a invasão militar da Rússia à Ucrânia introduz elevada incerteza.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 contribui para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito



veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo.

As projeções apresentam uma incerteza acrescida e o balanço de riscos é enviesado em alta para a inflação e em baixa para a atividade, especialmente em 2022. Uma deterioração do enquadramento externo da economia portuguesa, determinada pelo escalar do conflito na Ucrânia, constitui o principal fator de risco. Tal implicaria uma intensificação das pressões inflacionistas e um impacto mais negativo sobre a confiança e os fluxos comerciais – incluindo a possibilidade de maiores problemas nas cadeias de fornecimento globais. O impacto da materialização destes riscos é um cenário adverso para a economia portuguesa. O aumento de incerteza é parcialmente contrabalançado por uma melhoria da situação epidemiológica.

Ao nível do setor

Como a atividade desenvolvida enquadra-se, principalmente, no apoio a idosos deve ser mencionado que a Misericórdia se encontra numa região do interior com uma grande incidência de desertificação da população e fortemente envelhecida. Dado o meio em que se encontra as valências têm apresentado uma taxa de ocupação plena.

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura sem fins lucrativos, salientando que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação à atividade da Instituição.



RELATÓRIO DE ATIVIDADE

Com o investimento efetuado, no ano de 2018 foi inaugurado do Lar Nossa Senhora de Fátima com capacidade para 40 camas, tendo a atividade continuado com normalidade. Para este lar foi conseguido acordo de cooperação com a segurança social como forma de permitir uma melhor viabilidade financeira.

VALÊNCIAS

Centro de Apoio a Idosos

Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva (1.ª Fase)

O Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva de Meda é uma das valências da Santa Casa da Misericórdia de Meda, na qual se presta apoio permanente a 101 utentes/residentes nas suas diversas necessidades: alojamento, alimentação, tratamento de roupas, prestação de cuidados médicos e de enfermagem, apoio social e um leque variadíssimo de atividades socioculturais.

Toda a equipa desta valência colabora no sentido de proporcionar aos nossos utentes conforto, qualidade de vida e um tratamento humanizado para que aproveitem, da forma mais agradável possível, os seus anos de vida.

- Capacidade internamento - 68 utentes 60 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados:

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Nutrição e Alimentação
- Lavagem e tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Alojamento;



- 
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
 - Apoio nas atividades de vida diária;
 - Higienização e conforto dos espaços;
 - Apoio clínico;
 - Cuidados de enfermagem;
 - Acompanhamento aos cuidados de saúde;
 - Apoio Social;
 - Atividades de animação e socialização;
 - Aquisição de bens;

Lar -Fase 2

- Capacidade internamento - 33 utentes 20 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

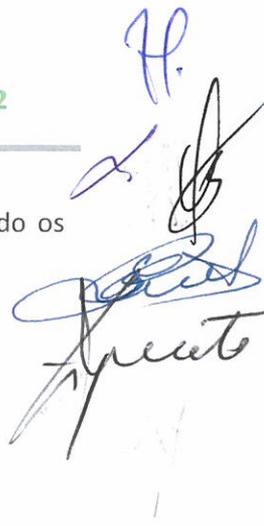
Centro de Dia

O Centro de Dia, é uma resposta social desenvolvida em equipamento social que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar, facilitando a sua integração social e a manutenção das suas competências, combatendo a solidão e promovendo a sua autonomia física e neurológica.

- Capacidade: 30 utentes 11 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados





Esta resposta funciona de Segunda-Feira a Domingo entre as 08h30 e as 20h, prestando os seguintes serviços:

- Alimentação;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Cuidados de imagem;
- Tratamento de roupa;
- Higiene habitacional;
- Preparação e administração de medicação;
- Articulação com os serviços locais de saúde;
- Apoio social;
- Transporte.

Apoio Domiciliário

O serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social, que consiste em prestar cuidados individualizados e personalizados no domicílio, de carácter doméstico, psicológico, reabilitador, social, pessoal e educativo a indivíduos e famílias quando, por um motivo de doença, deficiência, ou outro impedimento, não possam assegurar temporariamente, a satisfação das suas necessidades e/ou atividades da vida diária.

- Capacidade: 50 utentes –Acordo de Cooperação só para 36 utentes.

Serviços Prestados

- Alimentação;
- Higiene Pessoal;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas;
- Prestação de cuidados de higiene e conforto;



- Arrumação e pequenas limpezas no domicílio;
- Confeção, transporte e/ou distribuição de refeições;

Pode ainda assegurar outros serviços, nomeadamente;

- Serviços de saúde (ex: apoio na medicação, medição de glicemia, pequenos curativos, deslocações a serviços de saúde, etc...);
- Compras (ex: medicamentos, mercearia, etc...);
- Pagamento de contas (ex: eletricidade, telefone, etc...).

De forma a dar uma resposta integrada às necessidades dos beneficiários deste serviço, o serviço de Apoio Domiciliário conta com uma equipa com pessoal técnico e de apoio.

Lar Nossa Senhora de Fátima

O Lar Nossa Senhora de Fátima de Meda é uma das valências da Santa Casa da Misericórdia de Meda, na qual se presta apoio permanente a 40 utentes/residentes nas suas diversas necessidades: alojamento, alimentação, tratamento de roupas, prestação de cuidados médicos e de enfermagem, apoio social e um leque variadíssimo de atividades socioculturais.

Toda a equipa desta valência colabora no sentido de proporcionar aos nossos utentes conforto, qualidade de vida e um tratamento humanizado para que aproveitem, da forma mais agradável possível, os seus anos de vida.

- Capacidade de internamento: 40 utentes, 32 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Alojamento;



- Nutrição e alimentação;
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Apoio nas atividades de vida diária;
- Higienização e conforto dos espaços;
- Apoio clínico e Cuidados de enfermagem;
- Acompanhamento aos cuidados de saúde;
- Apoio Social;
- Atividades de animação e socialização;
- Aquisição de bens;



Atividade de Tempos Livres (ATL)

O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) é um espaço destinado a crianças dos 6 aos 10 anos, onde esta faixa etária adquire, ou reforça conhecimentos do domínio cognitivo. Através de um conjunto de atividades, planeadas e registadas no Plano de Atividades do (CATL), trabalham-se competências das diferentes áreas do desenvolvimento, criando situações de interação e socialização, dando-se real significado a valores como a solidariedade, amizade, respeito, tolerância e responsabilidade. É também um espaço onde a estimulação da imaginação é a base para todas as atividades.

O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) foi criado para apoiar os pais das crianças que frequentam a escola, com o objetivo de proporcionar às mesmas um espaço onde podem aprender e desfrutar dos tempos livres. O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) foi evoluindo ao longo dos anos no sentido da aprendizagem e de verdadeiros momentos de diversão. No início de cada ano letivo propõe-se ainda um conjunto de atividades extracurriculares, que se apresentam como uma oportunidade de enriquecimento escolar.

A nossa equipa educativa é formada por educadores sociais e auxiliares da ação educativa, que diariamente levam a cabo um conjunto de iniciativas, que vão de encontro às necessidades reveladas pelas crianças e pelas suas famílias e dividem-se entre atividades de estudo e atividades lúdico-pedagógicas.



- Capacidade: 50 utentes - Acordo de Cooperação só para 49 utentes.

Serviços Prestados

- Alimentação (Lanche);
- Acompanhamento nos trabalhos escolares;
- Organização de atividades lúdico-recreativas.

Cantinas Sociais

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, tem como missão promover a melhoria da qualidade de vida da população, incluindo aos grupos mais vulneráveis. A Cantina Social, surge como resposta a uma necessidade que decorre da atual conjuntura socioeconómica, que resultou no protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre a Santa Casa da Misericórdia de Meda e o Instituto de Segurança Social. A Cantina Social tem como objetivo suprir as necessidades alimentares de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições.

Os Governos têm definido como um dos seus objetivos estratégicos, um amplo modelo de inovação social, que permitisse dar auxílio e respostas a situações de grave carência social é criado o Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas uniu-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda a este programa proporcionando assim as devidas refeições aos mais carenciados.

Capacidade: 11 utentes, todos com acordo de Cooperação.

Programas e Projetos

No âmbito da sua atividade a Misericórdia de Mêda tem, adicionalmente, vindo a desenvolver diversos programas e projetos relacionados com a sua atividade com o objetivo de fortalecer



os cuidados aos utentes e contribuir para a melhoria da ação social no Concelho de Mêda. Durante o ano de 2022 a Misericórdia de Mêda esteve envolvida nos seguintes projetos:

- CLDS: Cujo objetivo é chegar à população com diversas iniciativas de integração na comunidade promovendo a inclusão.
- Apoio ao acolhimento de Ucrânianos no Município: Protocolo firmado entre o Município e A Santa Casa a fim de dar acolhimento aqueles que em tempos de guerra nas suas terras necessitam de um lar.
- Aquisição de viatura para melhorar o apoio Domiciliário: Necessidade de aquisição de uma viatura elétrica para chegarmos aos nossos utentes de forma sustentável e mais ecológica.
- PO ACDM: Distribuir géneros alimentares comunitários pela população desfavorecida;

Além destas valências e programas, a Misericórdia de Mêda está ainda envolvida com o Bairro Social gerindo 18 habitações como forma de apoiar a população no acesso a habitação social.

Para responder às necessidades e expectativas dos utentes, de forma personalizada, cada uma das respostas sociais conta com uma equipa multidisciplinar, Animadores socioculturais; Assistente Social; Enfermeiros; Ajudantes de Lar e Centro de Dia; Auxiliares de Serviços Gerais; Cozinheiro; Ajudantes de Cozinha; Operadores de lavandaria; Motorista.

Tendo em conta que a situação económica descrita, sujeita a pressões inflacionistas e de crescimento de taxas de juros, se repercute na atividade operacional junto dos utentes das Misericórdias, o aumento do custo geral da atividade exige que sejam tomadas medidas ajustadas de controlo na aquisição de produtos. Assim, as despesas foram baseadas em critérios definidos pela Mesa Administrativa, os quais foram tomados com vista à continuação do bem-estar dos utentes. De notar que, ao longo do ano foram sendo tomadas decisões e havendo negociações de valores de aquisição com os diversos fornecedores.





O ano de 2022 continuou, embora de forma mais ligeira, a ser marcado pela pandemia COVID-19, que dificultou a obtenção de receitas extraordinárias, bem como pela guerra entre Ucrânia e Rússia, com forte impacto no custo dos produtos e energia, sendo que apesar do resultado líquido negativo de 12 741,63€, muito afetado pelas elevadas depreciações, o EBITDA continua a ser bastante positivo, tal como nos anos anteriores.

No que diz respeito às receitas principais da Instituição, entre elas as mensalidades dos utentes, rendimentos de rendas de habitações e subsídios do Estado e de outras Instituições, nomeadamente resultantes dos acordos de cooperação com a Segurança Social, em 2022 a Santa Casa da Misericórdia de Mêda conseguiu obter um acréscimo de receitas de cerca de 219.000 comparativamente a 2021.

Os rendimentos obtidos com a atividade foram de cerca de 2 389 867,80 €, que resultam de um aumento de cerca de 219 271,33 €. Quanto aos custos essenciais de funcionamento, a Santa Casa da Misericórdia de Mêda registou um aumento de cerca de 148 190,04€, comparativamente a 2021. Neste ano de 2022 o salário mínimo nacional aumentou, o que tem impacto no aumento no vencimento bruto dos funcionários, refletiu-se no presente exercício no aumento dos gastos com pessoal, tal como nos gastos com os fornecimentos e serviços externos se verificou um aumento dos custos da atividade devido às pressões inflacionistas.

H.
 X
 Y
 Z
 W
 V
 U
 T
 S
 R
 Q
 P
 O
 N
 M
 L
 K
 J
 I
 H
 G
 F
 E
 D
 C
 B
 A

Análise das Demonstrações financeiras

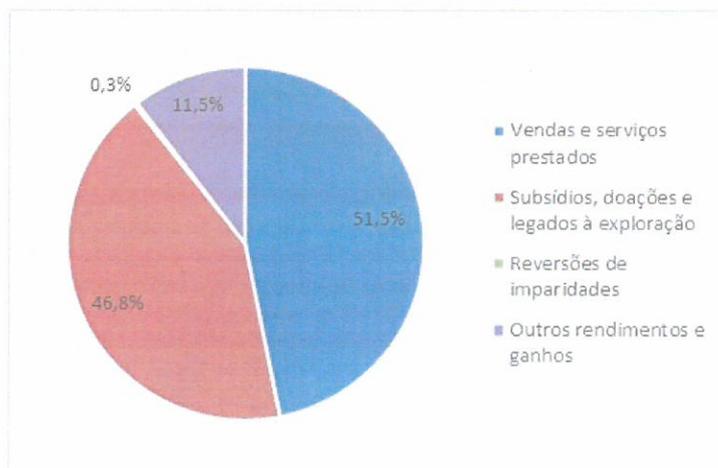
A análise dos rendimentos e gastos operacionais permite avaliar em que medida a Instituição consegue gerar recursos provenientes das atividades operacionais sem levar em consideração os efeitos das depreciações dos bens do ativo.

No exercício económico de 2022 os rendimentos globais atingiram o valor de 2 389 867,80 €, sendo que a sua proveniência se decompõe da seguinte forma:

Rendimentos	2022		2021		variação	
Vendas e serviços prestados	1 118 539,10	46,8%	1 028 392,07	47,4%	90 147,03	8,8%
Subsídios, doações e legados à exploraçã	1 015 632,14	42,5%	962 106,74	44,3%	53 525,40	5,6%
Reversões de imparidades	6 510,00	0,3%	6 510,00	0,3%	0,00	
Outros rendimentos e ganhos	249 186,56	10,4%	173 587,66	8,0%	75 598,90	43,6%
	<u>2 389 867,80</u>		<u>2 170 596,47</u>		<u>219 271,33</u>	<u>10,1%</u>

Da tabela acima é possível verificar que os rendimentos no ano cresceram cerca de 10%, tendo ultrapassado os 2 milhões e 380 mil euros. As vendas e serviços prestados aos utentes continuam a ser principal fonte de rendimentos, mas percebe-se que a Instituição tem tido a capacidade para procurar apoios junto de diversas entidades oficiais, que se refletem num aumento de cerca de 53.525 euros nos subsídios arrecadados, os quais representam cerca de 46,8% dos rendimentos totais. Os outros rendimentos e ganhos referem-se principalmente aos rendimentos gerados com as rendas de imóveis não sociais obtidos durante o ano.

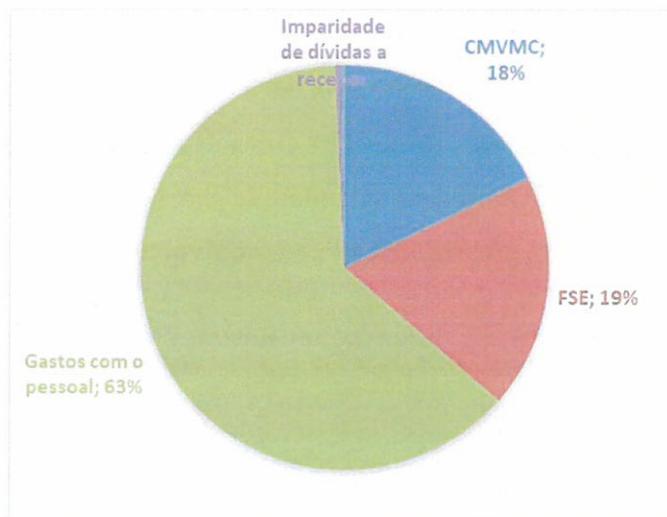
No que se refere ao ano de 2022 a estrutura de rendimentos encontra-se espelhada no gráfico abaixo:



No que concerne à estrutura dos gastos antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o valor global de 2022 ascendeu a 2 245 452,36€, conforme tabela a seguir apresentada. Este valor superior ao do ano anterior, representando um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior, que reflete o aumento dos gastos com pessoal e o aumento dos custos com produtos devido, principalmente, à inflação. De notar que a principal rubrica é a que se refere aos gastos com o pessoal, que aumentou ligeiramente em comparação com o valor do ano anterior.

Gastos	2022		2021		variação	
CMVMC	398 516,13	20,6%	387 326,24	20,2%	11 189,89	2,9%
FSE	418 361,47	21,6%	345 632,82	18,0%	72 728,65	21,0%
Gastos com o pessoal	1 412 243,52	73,0%	1 354 944,49	70,6%	57 299,03	4,2%
Imparidade de dívidas a receber	11 367,26	0,6%	0,00	0,0%	11 367,26	n.a
Outros gastos e perdas	4 963,98	0,3%	9 358,77	0,5%	-4 394,79	-47,0%
	<u>2 245 452,36</u>		<u>2 097 262,32</u>		<u>148 190,04</u>	<u>7,07%</u>

A estrutura de gastos do último ano encontra-se refletida no gráfico abaixo:



A Instituição gere um conjunto de equipamentos de grande valor, conforme evidenciado no Ativo fixo tangível apresentado no Balanço, que origina um elevado valor nos gastos de depreciação evidenciado na demonstração de resultados, motivo pelo qual os resultados não são positivos.

Excluindo este efeito das depreciações e, apesar do período de COVID-19 e dos impactos da guerra entre Ucrânia e Rússia, que têm originado gastos extraordinários associados às pressões inflacionistas e à gestão da pandemia e a dificuldades na gestão dos utentes dos lares, incluindo impedimentos à admissão de novos utentes, a gestão operacional da Instituição evidenciada nos resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos revela-se positiva.

O quadro abaixo resume os gastos e os rendimentos das valências com valores mais significativos.

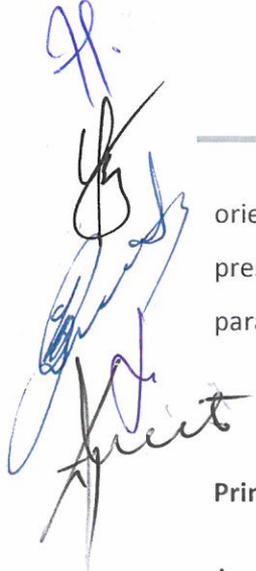
	LAR	LAR N SRA DE FATIMA	FASE 2	APOIO DOMICILIARIO	Outras
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consu	195 621,78	126 722,51	0,00	64 793,04	11 378,80
Fornecimentos e serviços externos	173 713,37	86 186,72	2 697,74	29 393,41	126 370,23
Gastos com o Pessoal	647 874,23	237 310,77	219 002,58	39 238,63	268 817,31
Gastos de depreciação e de amortização	105 002,64	12 654,77	23 658,74	192,28	9 138,64
Perdas por imparidade	3 339,99	0,00	275,63	0,00	10 511,64
Outros gastos	221,40	0,00	0,00	0,00	4 742,58
Gastos de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	-485 647,43	-277 661,38	-254 934,98	-54 464,05	-45 831,26
Subsídios, doações e legados à exploração	-403 250,71	-218 912,37	-120 048,72	-105 902,03	-167 518,31
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 760,00
Outros rendimentos	-1 198,59	-10 897,08	0,00	0,00	-237 090,89
Resultados	235 676,68	-44 596,06	-129 349,01	-26 748,72	-22 241,26

A análise ao balanço permite perceber o elevado valor dos investimentos realizados pela Misericórdia, o qual tem sido suportado essencialmente pelos fundos próprios. Ao nível de curto prazo, é verificado que o total do ativo é superior ao passivo no último ano. Daqui resulta a existência de indicadores de estrutura financeira adequada.

	2022		2021	
Ativo não corrente	3 290 283,86	78,4%	3 434 991,92	80,7%
Ativo corrente	856 163,20	20,4%	762 517,11	17,9%
Total do ativo	4 146 447,06		4 197 509,03	
Fundos Patrimoniais	3 592 716,21	85,6%	3 616 354,92	85,0%
Passivo não corrente	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Passivo corrente	553 730,85	13,2%	581 154,11	13,7%
Total Capital Próprio e Passivo	4 146 447,06		4 197 509,03	

Ao nível dos investimentos, o ano de 2022 não foi propício à realização de investimentos significativos, pelo que se verifica uma ligeira diminuição do ativo total. Todavia, sempre





orientando a sua política por princípios de rigor, visando a maximização da qualidade na prestação de serviços, foram efetuados alguns investimentos em bens sempre que necessário para algumas das valências e, por norma, em substituição de outros bens antigos.

Principais riscos e incertezas

A gestão do risco obriga à permanente monitorização das operações para previsão de acidentes e perigos futuros possibilitando a elaboração de medidas e estratégias de minimização dos mesmos dentro dos contextos sociais.

Sem nunca descurar a qualidade dos serviços prestados, permanecerá o esforço de contenção de gastos e gestão criteriosa dos recursos disponíveis para se procurar dar a resposta mais adequada a todos quanto procuram a nossa Instituição.

Para esse efeito, o esforço de modernização e renovação das respostas sociais continuará em permanência, no sentido de facultar os recursos mais adequados aos profissionais e aos utentes.

A adoção de formas de organização e gestão, que mantendo a tradição e missão originais, criem mais valor, irão permitir reforçar o papel que desempenha em termos económicos e da relevância nas áreas em que atua na prestação de serviços para dar resposta às necessidades e solicitações da comunidade.

Dada a sua dimensão, a Santa Casa gere fluxos significativos de capital, pelo que devem existir boas praticas de gestão financeira. Nesse sentido, também ao nível do risco de crédito, é importante antever e prevenir situações de incumprimento conhecendo e acompanhando adequadamente os seus utentes e clientes, procurando soluções para uma otimização das cobranças, que permita manter a atividade sem correr riscos suplementares e manter a sustentabilidade.

As operações são monitorizadas pela análise das necessidades do fundo de maneiio e tesouraria, visando a diminuição dos custos, melhorando o desempenho e promovendo a preservação de valor.



Em suma, a Misericórdia da Mêda não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, pelo que entende que as obrigações assumidas, não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

Evolução previsível da atividade e continuidade da atividade

A Misericórdia da Meda tem procurado assegurar o bem-estar permanente de todos os utentes e colaboradores e procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a sua saúde e promover a segurança, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia.

O despontar da guerra entre Ucrânia e Rússia tem trazido, para a Misericórdia da Mêda, desafios acrescidos ao nível do aumento dos preços de matérias primas, serviços diversos e dos custos com pessoal, que têm obrigado a um esforço de encontrar alternativas que permitam manter a estabilidade económica e financeira, mantendo a qualidade dos serviços prestados aos utentes.

A Misericórdia da Meda permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de atuação, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Existe a convicção de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com parceiros se está preparado para enfrentar estes desafios.

O trabalho desenvolvido nas diversas áreas de atuação, financeira e operacional, permite acreditar fielmente na capacidade da Misericórdia da Meda em cumprir o princípio da continuidade. Apesar da guerra na Ucrânia e dos constrangimentos que o COVID-19 tem imposto, a Mesa Administrativa mantém a firme convicção que a sua atividade continuará de ser executada de forma normal em função dos interesses dos seus utentes.

A Misericórdia da Meda apresenta uma estrutura de financiamento adequada, que reflete os capitais próprios positivos fruto da acumulação de resultados e de outras variações de capital. Os resultados negativos nos últimos anos não são preocupantes por não estarem relacionados com problemas estruturais e por estarem relacionados com a política de depreciações. Prevê-





se que a atividade perdure no tempo sem qualquer tipo de problemas legais, financeiros e económicos.

Prevê-se que o ano de 2022 seja um ano de continuidade da Instituição em termos de apoio social à comunidade local e aos utentes dos serviços disponibilizados à comunidade pela Misericórdia da Mêda.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

À data da elaboração deste relatório, embora de forma mais controlada, Portugal e o mundo continuam a enfrentar, com dificuldade e preocupação, a Pandemia provocada pela disseminação generalizada do vírus Covid-19, não se conhecendo, no entanto, nem sendo possível antecipar, a extensão dos seus efeitos e das possíveis limitações que enfrentaremos no futuro, acreditando e apresentando o presente relatório assente no princípio da continuidade.

Em fevereiro de 2022 a Rússia iniciou a invasão da Ucrânia, com impacto não apenas ao nível das sanções económicas à Rússia mas também no crescimento dos preços da energia e das matérias primas, com reflexo na inflação e, conseqüentemente, no ajustamento das taxas de juro.

Ambos os eventos tiveram impacto limitado nas demonstrações financeiras preparadas para o presente ano. No entanto, os efeitos em 2023 poderão ser significativos, sobretudo nos custos da atividade, nomeadamente na energia, nos fatores de produção e nos custos com o pessoal. É expectável que os efeitos se intensifiquem, com um agravamento da inflação e/ou taxa de juro.

De 31 de dezembro de 2022, até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.



Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A Misericórdia tem a sua situação tributária e de segurança social regularizada.

Proposta de aprovação das Demonstrações Financeiras e aplicação do Resultado

A Mesa Administrativa propõe que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que incluem um total de Ativos de 4 146 447,06 Euros, Fundos Próprios de 3 592 716,21 Euros e Passivo de 553 730,85 Euros, sejam aprovadas.

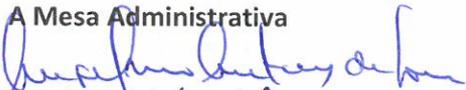
A Mesa Administrativa propõe, ainda, que o Resultado Líquido negativo de 12 741,63 Euros seja aplicado em Resultados transitados.

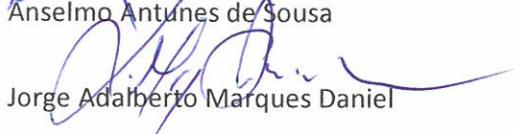
Agradecimentos

A Mesa Administrativa agradece a colaboração prestada por todos os trabalhadores, Fornecedores, Instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Mêda, 15 de março de 2023.

A Mesa Administrativa


Anselmo Antunes de Sousa


Jorge Adalberto Marques Daniel

António João do Nascimento


Luís Filipe Branco Lopes


António José Borges Prata





Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Índice

Anexo.....	37
1. Identificação da Entidade.....	37
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	39
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	40
3.1. Bases de Apresentação	40
3.2. Principais Políticas Contabilísticas.....	41
3.3. Alterações nas políticas contabilísticas:.....	52
3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.....	52
3.5. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.....	53
3.6. Acontecimentos subsequentes.....	53
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	53
4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:.....	53
4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:	55
4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:	55
5. Ativos Intangíveis	55
5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:	55
5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:	56
6. Custos de Empréstimos Obtidos	57
6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.....	57
7. Inventários	57
7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.....	57
7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada.....	57
7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como gasto período.....	57
8. Rendimentos e Gastos	58



8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito	58
8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.....	59
8.3. Rédito	59
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	59
9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.....	59
9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.	59
9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.....	59
9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.	59
10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas	60
10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.....	60
10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.....	60
10.3. Principais doadores.....	60
11. Instrumentos Financeiros	61
11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros..	61
11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:	61
11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos fundos patrimoniais.	62
11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.....	62
11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:.....	62
11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.	66
11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:	66



11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:	66
12. Subsídios, doações e legados à exploração	67
13. Fornecimentos e serviços externos.....	67
14. Outros rendimentos e Outros gastos.....	68
14.1. Outros rendimentos e ganhos	68
14.2. Outros gastos e perdas	68
15. Resultados Financeiros.....	68
16. Benefícios dos empregados	69
16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.	69
16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.....	69
16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:	69
17. Acontecimentos após data de Balanço.....	70
17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.....	70
18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	71
18.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.....	71
18.2. Outras divulgações.....	72
19. Outras divulgações.....	72
19.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:	72
19.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.	72

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H.', 'A.', and 'A. J. J.']



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Balanço individual em 31 de dezembro de 2022

valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Período	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3 271 248,52	3 420 151,16
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	11.5	19 035,34	14 840,76
		3 290 283,86	3 434 991,92
Ativo corrente			
Inventários	7	22 744,90	23 933,72
Créditos a receber	11.5	138 354,21	153 044,05
Estado e outros entes públicos	11.5	5 198,53	2 376,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.5	1 836,00	
Diferimentos	11.5	16 523,72	13 511,01
Outros ativos correntes	11.5	155 515,91	174 021,13
Caixa e depósitos bancários	11.5	515 989,93	395 630,53
		856 163,20	762 517,11
Total do Ativo		4 146 447,06	4 197 509,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11.3	140 215,31	140 215,31
Resultados transitados	11.3	2 061 359,46	2 139 234,79
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	4.3 / 11.3	1 403 883,07	1 414 780,15
		3 605 457,84	3 694 230,25
Resultado líquido do período		(12 741,63)	(77 875,33)
Total dos Fundos patrimoniais		3 592 716,21	3 616 354,92
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	70 272,19	135 004,64
Estado e outros entes públicos	11.5	33 328,86	29 750,16
Diferimentos	11.5	197 743,39	179 542,41
Outros passivos correntes	11.5	252 386,41	236 856,90
		553 730,85	581 154,11
Total do Passivo		553 730,85	581 154,11
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		4 146 447,06	4 197 509,03



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2022

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2022	2021	
Vendas e serviços prestados	+	8	1 118 539,10	1 028 392,07
Subsídios, doações e legados à exploração	+	10 / 12	1 015 632,14	962 106,74
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(398 516,13)	(387 326,24)
Fornecimentos e serviços externos	-	13	(418 361,47)	(345 632,82)
Gastos com pessoal	-	16	(1 412 243,52)	(1 354 944,49)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11.5	(11 367,26)	6 510,00
Outros rendimentos e ganhos	+	8 / 14.1	249 186,56	173 587,66
Outros gastos e perdas	-	14.2	(4 963,98)	(9 358,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		137 905,44	73 334,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4 / 5	(150 647,07)	(151 197,82)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(12 741,63)	(77 863,67)
Juros e gastos similares suportados	-	6 / 15		(11,66)
Resultado antes de impostos	=		(12 741,63)	(77 875,33)
Resultado líquido do período	=		(12 741,63)	(77 875,33)



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda

Demonstração individual dos resultados por funções
Período findo em 31 de dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2022													31/12/2021
		valores em Euros													
		9000	9002	9003	9004	9005	9006	9007	9010	9011	9012	9018	9070	9096	
GERAL	LAR	CASA BEM ESTAR	CENTRO DE DIA	ATL	FASE 2	APOIO DOMILIAR	BAIRRO SOCIAL	RENDAS LISBOA	RENDAS ELIA	CANTINA SOCIAL	CLDS 4G	Protocolo RS)	Total		
Vendas e serviços prestados	8	5 283,00	485 647,43	277 661,38	6 294,76	15 091,00	254 934,98	54 464,05	11 340,00		7 842,50			1 118 539,10	1 028 392,07
- Custo das vendas e dos serviços prestados		(195 621,78)	(126 722,51)	(7 775,16)	(1 011,92)	(64 793,04)					(2 591,72)			(388 516,13)	(387 326,24)
= Resultado bruto		5 283,00	280 025,65	150 938,87	(1 480,40)	14 079,08	254 934,98	11 340,00	11 340,00		5 250,78			720 022,97	641 065,83
Outros rendimentos	10 / 12 / 14,1	73 897,80	404 449,30	229 809,45	6 373,89	31 536,16	120 048,72	105 902,03	2 760,00	8 836,68	113 024,75	64 397,51		1 267 578,70	1 146 614,40
- Gastos administrativos	11,5 / 13 / 16	(120 841,07)	(824 927,59)	(323 497,49)	(3 359,76)	(46 424,27)	(221 975,95)	(68 632,04)	(6 399,73)	(25 482,36)	(103 451,36)	(51 878,76)		(1 704 987,31)	(1 704 987,31)
- Outros gastos	4 / 5 / 14,2	(7 399,92)	(105 224,04)	(12 654,77)		(23 658,74)	(192,28)	(5 981,83)		(351,20)	(148,27)			(160 556,59)	(160 556,59)
= Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(49 080,79)	(235 676,68)	44 596,06	1 533,73	(809,03)	129 349,01	26 748,72	1 718,44	(16 645,68)	9 425,12	12 518,75		(12 741,63)	(12 741,63)
Gastos de financiamento (líquidos)	6/15	(49 080,79)	(235 676,68)	44 596,06	1 533,73	(809,03)	129 349,01	26 748,72	1 718,44	(16 645,68)	9 425,12	12 518,75		(12 741,63)	(12 741,63)
= Resultados antes de impostos		(49 080,79)	(235 676,68)	44 596,06	1 533,73	(809,03)	129 349,01	26 748,72	1 718,44	(16 645,68)	9 425,12	12 518,75		(12 741,63)	(12 741,63)
= Resultado líquido do período		(49 080,79)	(235 676,68)	44 596,06	1 533,73	(809,03)	129 349,01	26 748,72	1 718,44	(16 645,68)	9 425,12	12 518,75		(12 741,63)	(12 741,63)

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda

Demonstração individual dos resultados por funções
Período findo em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2021													31/12/2020
		valores em Euros													
		9000	9002	9003	9004	9005	9006	9007	9010	9011	9012	9018	9070	9096	
GERAL	LAR	CASA BEM ESTAR	CENTRO DE DIA	ATL	FASE 2	APOIO DOMILIAR	BAIRRO SOCIAL	RENDAS LISBOA	RENDAS ELIA	CANTINA SOCIAL	CLDS 4G	Protocolo RS)	Total		
Vendas e serviços prestados	8	2 877,00	429 444,09	271 660,35	10 559,76	9 531,00	236 419,98	48 049,89	11 340,00		8 510,00			1 028 392,07	1 133 529,56
- Custo das vendas e dos serviços prestados		(163 985,45)	(110 388,06)	(12 801,11)	(1 429,68)	(32 102,10)	(63 913,11)				(2 706,73)			(387 326,24)	(421 446,35)
= Resultado bruto		2 877,00	265 458,64	161 272,29	(2 241,35)	8 101,32	204 317,88	(15 863,22)	11 340,00		5 803,27			641 065,83	712 083,21
Outros rendimentos	10 / 12 / 14,1	74 909,34	361 493,48	206 927,93	12 156,77	28 142,81	121 116,36	108 618,13	2 920,00	146,58	94 699,45	23 656,86		1 146 614,40	914 555,23
- Gastos administrativos	11,5 / 13 / 16	(108 830,07)	(699 851,42)	(316 800,21)	(6 404,12)	(42 668,09)	(274 243,14)	(82 067,48)	(10 555,66)	(3 994,58)	(94 699,45)	(19 941,84)		(1 704 987,31)	(1 507 080,55)
- Outros gastos	4 / 5 / 14,2	(7 816,32)	(80 185,66)	(40 004,15)	(66,41)	(3 69)	(24 064,85)	(258,69)	(5 981,83)	(14,04)				(160 556,59)	(162 690,52)
= Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(38 860,05)	(153 084,96)	11 395,86	3 444,89	(6 427,65)	27 128,25	10 428,74	(2 277,49)	(3 848,00)	(0,00)	3 715,02		(77 863,67)	(63 122,63)
Gastos de financiamento (líquidos)	6/15	(38 860,05)	(153 084,96)	11 395,86	3 444,89	(6 427,65)	27 128,25	10 428,74	(2 277,49)	(3 848,00)	(0,00)	3 715,02		(77 863,67)	(63 122,63)
= Resultados antes de impostos		(38 860,05)	(153 084,96)	11 395,86	3 444,89	(6 427,65)	27 128,25	10 428,74	(2 277,49)	(3 848,00)	(0,00)	3 715,02		(77 863,67)	(63 122,63)
= Resultado líquido do período		(38 860,05)	(153 084,96)	11 395,86	3 444,89	(6 427,65)	27 128,25	10 428,74	(2 277,49)	(3 848,00)	(0,00)	3 715,02		(77 863,67)	(63 122,63)



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2022

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transferidos	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	140 215,31	2 139 234,79	1 414 780,15	(77 875,33)	3 616 354,92
Outras alterações reconhecidas nos fundos	3.5 / 11.3					
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	140 215,31	2 139 234,79	1 414 780,15	(77 875,33)	3 616 354,92
RESULTADO EXTENSIVO	8				(12 741,63)	(12 741,63)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8					3 603 613,29
Subsídios, doações e legados				(10 897,08)		(10 897,08)
Distribuições			(77 875,33)		77 875,33	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	10	140 215,31	2 061 359,46	1 403 883,07	(12 741,63)	3 592 716,21
	11=6+7+8+10					

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transferidos	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	140 215,31	2 144 060,49	1 425 677,23	(63 123,80)	3 646 829,23
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3.5 / 11.3					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			58 298,10			58 298,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	140 215,31	2 202 358,59	1 425 677,23	(63 123,80)	3 705 127,33
RESULTADO EXTENSIVO	8				(77 875,33)	(77 875,33)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8					3 627 252,00
Subsídios, doações e legados				(10 897,08)		(10 897,08)
Distribuições			(63 123,80)		63 123,80	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	10	140 215,31	2 139 234,79	1 414 780,15	(77 875,33)	3 616 354,92
	11=6+7+8+10					



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2022

valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		
		2022	2021	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes e utentes	+	1 150 580,20	982 619,06	
Recebimentos de subsídios	+	1 083 793,68	1 047 074,51	
Pagamentos a fornecedores	-	(877 712,97)	(739 251,16)	
Pagamentos ao pessoal	-	(1 396 597,91)	(1 347 154,19)	
Caixa gerada pelas operações	+/-	(39 937,00)	(56 711,78)	
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	68 716,80	31 960,79	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1) +/-	28 779,80	(24 750,99)	
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-	(8 861,42)	(17 013,27)	
Investimentos financeiros	-	(4 194,58)	(3 534,34)	
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	+		37 782,94	
Juros e rendimentos similares	+	103 674,59	113 926,41	
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2) +/-	90 618,59	131 161,74	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Doações	+	961,01	2 603,99	
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e gastos similares	-		(11,66)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	961,01	2 592,33	
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	120 359,40	109 003,08	
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	11.5 395 630,53	286 627,45	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	11.5 515 989,93	395 630,53	



Anexo

1. Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÊDA, é uma irmandade, Instituição Particular de Solidariedade inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n. 60/82 fls 74 e 74 verso.

“A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de Agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e valência de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social. A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de Abril de 1929.”

As atividades da Misericórdia de Mêda centram-se no apoio a pessoas idosas com e sem alojamento bem como a crianças do primeiro ciclo. A Misericórdia tem como fim primordial a solidariedade social e a ação social. Neste âmbito, são prosseguidos os seguintes objetivos:

→ **O apoio a idosos Centro de Apoio a Idosos**

Nesta valência são prestados serviços de Cuidados de saúde, higiene e bem-estar; Alimentação; Tratamento de roupas; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

→ **Lar -Fase 2**

Esta valência tem capacidade internamento 33 utentes idosos, 20 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados estão relacionados com cuidados de



saúde, higiene e bem-estar; Alimentação; Tratamento de roupas; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

→ **Centro de Dia**

Esta valência tem capacidade para 30 utentes idosas, 11 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados estão relacionados com a Alimentação; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

→ **Apoio Domiciliário**

Esta valência tem capacidade para 50 utentes, sendo que estão em Acordo de Cooperação apenas 36 utentes. Os serviços prestados são Alimentação; Higiene Pessoal; Higiene habitacional; Tratamento de roupas.

→ **Lar Nossa Senhora de Fátima**

Nesta valência existe uma capacidade de internamento de 40 utentes, sem qualquer acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados são Cuidados de saúde, higiene e bem-estar; Alimentação Tratamento de roupas; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

→ **Atividade de Tempos Livres (ATL)**

Esta valência tem capacidade para 50 utentes, sendo que existe Acordo de Cooperação para 49 utentes. Serviços Prestados: Alimentação (Lanche); Acompanhamento nos trabalhos escolares; Organização de atividades lúdico-recreativas.

→ **Cantinas Sociais**

No âmbito de um modelo de inovação social que permitisse dar auxílio e respostas a situações de grave carência social, pretende-se garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas. Neste âmbito, existe uma capacidade para 16 utentes, todos com acordo de Cooperação.

→ **Outras atividades**

No âmbito da atividade são desenvolvidas atividades associadas ao CLDS, apoio à população carenciada e apoio de habitação social.



2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras de 2022 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março, o qual integra o sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No referido decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF); Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho; Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 24 de julho; e NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Não existem quaisquer contas que não sejam comparáveis com as do ano anterior, nem foram efetuadas alterações às quantias relativas ao período anterior.



3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 11.5) e “Diferimentos” (Nota 11.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H. Coutinho' and others.]

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta: a) a natureza da reclassificação; b) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e c) razão para a reclassificação.

3.2. Principais Políticas Contabilísticas

3.2.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente



atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

No "*Ativo fixo tangível*" são também reconhecidas as "*Propriedades de Investimento*", que incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.



Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Variação de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

b) Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.



São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

c) Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.



d) Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

e) Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre



que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

f) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. S.', 'A. B.', and 'G. S.']

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra



em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

g) Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

h) Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.



Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

i) Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou



Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. a) das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

j) Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins



estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.2. Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidências objetivas de imparidade, nomeadamente na qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.



3.2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

A Entidade considera que existem condições suficientes para assumir a continuidade da sua atividade com a continuação o apoio da Segurança Social, através dos acordos de cooperação, e da gestão rigorosa dos aspetos económicos e financeiros. Nota-se que a atividade está estável com um nível de utilização dos serviços perto dos 100% e com resultados económicos positivo, tal como resulta de um EBITDA positivo.

3.2.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3. Alterações nas políticas contabilísticas:

indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração, voluntária ou de outra natureza, em políticas contabilísticas.

3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

A Entidade utilizou totalmente o regime do acréscimo.



3.5. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

A Entidade não procedeu a quaisquer alterações da apresentação da informação comparativa relativa ao período anterior.

3.6. Acontecimentos subsequentes.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se foram considerados materialmente relevantes.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Todas as classes de “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados, genericamente, ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciables é nulo.



c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50 anos
Edifícios e outras para a Saúde	20 anos
Equipamento básico	7 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	7 anos

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis	Propriedades de Investimento	Ativos fixos tangíveis						Totais
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Em 01.01.2021								
Quantias brutas escrituradas	332 538,84	149 988,53	5 515 576,87	1 052 025,11	103 646,17	81 361,35	23 077,35	7 258 214,22
Depreciações acumuladas			(2 645 402,76)	(844 367,82)	(103 646,17)	(78 196,37)	(20 251,67)	(3 691 864,79)
Perdas por imparidade acumuladas								
Quantias líquidas escrituradas	332 538,84	149 988,53	2 870 174,11	207 657,29		3 164,98	2 825,68	3 566 349,43
Movimentos do período 2021								
Adições				6 932,67				6 932,67
Transferências								
Outras			6 505,45			48,95	1 401,55	7 955,95
Depreciações				(9 889,07)				(9 889,07)
Aumentos de depreciações				(126 655,68)	(22 995,52)	(1 025,40)	(521,22)	(151 197,82)
Em 31.12.2021								
Quantias brutas escrituradas	332 538,84	149 988,53	5 522 082,32	1 049 068,71	103 646,17	81 410,30	24 478,90	7 263 213,77
Depreciações acumuladas			(2 772 058,44)	(867 363,34)	(103 646,17)	(79 221,77)	(20 772,89)	(3 843 062,61)
Perdas por imparidade acumuladas								
Quantias líquidas escrituradas	332 538,84	149 988,53	2 750 023,88	181 705,37		2 188,53	3 706,01	3 420 151,16
Movimentos do período 2022								
Adições				1 240,01		504,42		1 744,43
Transferências								
Outras								
Depreciações				(22 503,27)				(22 503,27)
Aumentos de depreciações				(124 875,02)	(22 503,27)	(2 934,32)	(334,46)	(150 647,07)
Em 31.12.2022								
Quantias brutas escrituradas	332 538,84	149 988,53	5 522 082,32	1 050 308,72	103 646,17	81 914,72	24 478,90	7 264 953,20
Depreciações acumuladas			(2 896 933,46)	(889 866,61)	(103 646,17)	(82 156,09)	(21 107,35)	(3 993 709,68)
Perdas por imparidade acumuladas								
Quantias líquidas escrituradas	332 538,84	149 988,53	2 625 148,86	160 442,11		(241,37)	3 371,55	3 271 248,52

e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

A entidade não possui qualquer bem do património histórico, artístico e cultural.



4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e
- b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

A entidade não possui qualquer bem com restrições de titularidade dados em garantia nem sujeitos a qualquer tipo de compromisso.

4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- a) A data de eficácia da revalorização;
- b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;
- c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos; e
- d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

A entidade não possui qualquer bem do ativo fixo sujeito a revalorizações

5. Ativos Intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;
- b) Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas; e
- c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.



A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Ativos intangíveis		Totais	
		Programas de computador			
		Outros			
Em 01.01.2021	Quantias brutas escrituradas		4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas		(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas				
	Quantias líquidas escrituradas				
Movimentos do período 2021	Adições	Aquisições em 1.ª mão			
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas		4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas		(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas				
	Quantias líquidas escrituradas				
Movimentos do período 2022	Adições	Aquisições em 1.ª mão			
Em 31.12.2022	Quantias brutas escrituradas		4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas		(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas				
	Quantias líquidas escrituradas				

5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e
- Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Inexistência de qualquer situação a relatar.



6. Custos de Empréstimos Obtidos

6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Note-se que a Entidade não tem qualquer financiamento bancário.

7. Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “*Inventários*” apresentava valores na tabela abaixo, sendo de referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Géneros alimentares: 8 603,72€
- Fraldas: 0,00 €
- Produtos de Higiene Corporal: 14 141,18€
- Produtos de Higiene Geral: 0,00 €
- Produtos de Enfermagem: 0,00 €



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2022	Inventários armazenados na entidade		22 744,90	22 744,90				22 744,90
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em poder de terceiros						
	Perdas por imparidade							
			22 744,90	22 744,90				22 744,90
31.12.2021	Inventários armazenados na entidade		23 933,72	23 933,72				23 933,72
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em poder de terceiros						
	Perdas por imparidade							
			23 933,72	23 933,72				23 933,72

O quadro abaixo, demonstra o desdobramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e as matérias de consumo			Período 2022			Período 2021		
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das	Inventários no começo do período	+		23 933,72	23 933,72		33 023,15	33 023,15
	Compras	+		397 327,31	397 327,31		378 236,81	378 236,81
	Inventários no fim do período	-		22 744,90	22 744,90		23 933,72	23 933,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=		398 516,13	398 516,13		387 326,24	387 326,24
Totais		=		398 516,13	398 516,13		387 326,24	387 326,24

8. Rendimentos e Gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do réditto incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O reconhecimento do réditto (e respetivos gastos) de uma transação são efetuados em função da fase de acabamento, ou seja, através do método da percentagem de acabamento, conforme disposto no parágrafo 20 da NCRF 20. Os procedimentos de reconhecimento do



rédito das prestações de serviços pelo método da percentagem de acabamento apenas devem ser aplicados quando entre a data em que a atividade do trabalho é iniciada e a data em que a atividade é concluída ocorram em períodos contabilísticos diferentes, ou seja, quando sejam trabalhos plurianuais.

8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Inexistência de rendimentos excecionais

8.3. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2022			Período 2021		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	1 118 539,10	90,63%	8,77%	1 028 392,07	90,82%	(9,28%)
Juros						
Rendas	115 629,09	9,37%	11,21%	103 971,27	9,18%	(8,11%)
Royalties						
Dividendos						
Totais	1 234 168,19	100,00%	8,99%	1 132 363,34	100,00%	-9,17%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.

Não foram consideradas quaisquer provisões, passivos contingentes ou ativos contingentes

**10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas**

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

10.3. Principais doadores

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

(valores expressos em euros) 2 022

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Veículo Elétrico	PRR	Segurança Social	Aquisição veículo	Permanente	1-out-21	30-set-23	17 327,77	7 426,19	24 753,96
		...									
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social	Acordo de Cooperação	Segurança Social	Apoio a atividade	Permanente	1-jan-22	31-dez-22	849 981,00		849 981,00
		Segurança Social	Acordo de Cooperação	Segurança Social	Apoio a atividade	Permanente	1-jan-23	31-dez-23	58 134,93		58 134,93
		CLDS	Projeto	CLDS	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-22	30-set-23	103 599,63	120 912,74	224 512,37
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-22	31-dez-22	40 918,01		40 918,01
		Segurança Social	Projeto	COVID-19	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-22	31-dez-22	6 828,49		6 828,49
		IAPMEI	Projeto	IAPMEI	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-22	31-dez-22	8 344,00		8 344,00
Município da Mêda	Projeto	Município da Mêda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-22	31-dez-22	5 000,00		5 000,00		
							1 072 806,06	120 912,74	1 193 718,80		
Reembolsáveis	...										
Totais							1 090 133,83	128 338,93	1 218 472,76		

(valores expressos em euros) 2 021

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Fundo Rainha D. Leonor									
		...									
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social	Acordo de Cooperação	Segurança Social	Apoio a atividade	Permanente	1-jan-21	31-dez-21	805 031,78		805 031,78
		POPH	Projeto	POPH	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-21	31-dez-21	94 699,45		94 699,45
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-21	31-dez-21	48 520,36		48 520,36
		Segurança Social	Projeto	COVID-19	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-21	31-dez-21	5 000,00		5 000,00
		IAPMEI	Projeto	IAPMEI	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-21	31-dez-21	5 661,50		5 661,50
PAC-PO APMC/2018	Projeto	PAC-PO APMC/2018	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-21	31-dez-21	589,66		589,66		
							959 502,75		959 502,75		
Reembolsáveis	...										
Totais							959 502,75		959 502,75		



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 2022					Período 2021				
		Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo	
				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	
Subsídios relacionados com ativos	Fundo Rainha D. Leonor		10 897,08	245 514,60				10 897,08	256 411,68		
	Veículo Elétrico				24 753,96						
			10 897,08	245 514,60	24 753,96		10 897,08	256 411,68			
Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social	849 981,00			58 134,93		805 031,78				
	CLDS/POISE	103 599,63			68 900,09						
	POPH						94 699,45		131 655,29		
	IEFP	40 918,01			12 966,79		48 520,36				
	Segurança Social						5 000,00				
	IAPMEI	8 344,00					5 661,50				
	PAG-PO APMC/2018	6 828,49					589,66				
	Município de Mêda	5 000,00									
	Petrogal				22 000,00						
		1 014 671,13			162 001,81		805 031,78	154 470,97	131 655,29		
Reembolsáveis											
Totais		1 014 671,13	10 897,08	245 514,60	186 755,77		805 031,78	165 368,05	256 411,68	131 655,29	

11. Instrumentos Financeiros

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

As bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, são apresentadas no ponto 3.2.1. f) deste Anexo.

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

- a) Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado);
- b) Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;

- c) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros; e
- d) Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.

A entidade não possui instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

(valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais	Saldo em 1-jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2021
Fundos	140 215,31			140 215,31			140 215,31
Excedentes Teóricos							
Reservas							
Resultados transitados	2 144 060,49	58 298,10	63 123,80	2 139 234,79		77 875,33	2 061 359,46
Excedentes de Revalorização							
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 425 677,23		10 897,08	1 414 780,15		10 897,08	1 403 883,07
Resultado Líquido do Período	(63 123,80)	63 123,80	77 875,33	(77 875,33)	77 875,33	12 741,63	(12 741,63)
	3 646 829,23	121 421,90	151 896,21	3 616 354,92	77 875,33	101 514,04	3 592 716,21

11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

A entidade não deu em garantia, penhor ou promessa de penhor qualquer ativo financeiro.

11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

- a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e
- b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.



Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

(valores expressos em euros)

Investimentos Financeiros	Período 2022	Período 2021
Fundo de Compensação do trabalho	19 035,34	14 840,76
...		
	19 035,34	14 840,76

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo”:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2022			Período 2021		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Créditos a receber	299 101,53	(160 747,32)	138 354,21	301 804,11	(148 760,06)	153 044,05
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	1 836,00		1 836,00			
	Estado e outros entes públicos	5 198,53		5 198,53	2 376,67		2 376,67
	Outros ativos correntes	155 515,91		155 515,91	174 021,13		174 021,13
	...						
		461 651,97	(160 747,32)	300 904,65	478 201,91	(148 760,06)	329 441,85
Passivos financeiros	Fornecedores	70 272,19		70 272,19	135 004,64		135 004,64
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Estado e outros entes públicos	33 328,86		33 328,86	29 750,16		29 750,16
	Outros passivos correntes	252 386,41		252 386,41	236 856,90		236 856,90
		355 987,46		355 987,46	401 611,70		401 611,70

No que se refere ao “Estado e outros entes públicos” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

Estado e Outros Entes Públicos	Período 2022			Período 2021		
	Débito	Crédito		Débito	Crédito	
IRS - Retenções na fonte		6 982,68	(6 982,68)		5 207,91	(5 207,91)
IVA	5 198,53		5 198,53	2 376,67		2 376,67
Segurança Social		24 718,20	(24 718,20)		23 993,67	(23 993,67)
FCT / FGCT		1 627,98	(1 627,98)		548,58	(548,58)
Outras Divas AT						
	5 198,53	33 328,86	(28 130,33)	2 376,67	29 750,16	(27 373,49)



No que se refere aos “*Outros ativos correntes*” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Outros ativos correntes	Período 2022	Período 2021
Pessoal		
Outros devedores	155 168,19	173 820,53
Saldos devedores de fornecedores	347,72	200,60
Acréscimo de Rendimentos		
	155 515,91	174 021,13

No que se refere aos “*Outros passivos correntes*” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Outros passivos correntes	Período 2022	Período 2021
Remunerações a pagar	218,25	
Fornecedores de investimento	3 703,71	10 820,70
Credores por acréscimos de gastos	211 347,86	193 631,11
Outros devedores e credores	36 278,27	32 030,77
Adiantamentos de clientes	838,32	374,32
Clientes saldos credores		
	252 386,41	236 856,90



Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

Diferimentos	Período 2022	Período 2021
Ativo		
Seguros Automovel	1 222,56	798,96
Seguros Multiriscos Riscos	3 745,23	3 880,63
Seguros Acidenes pessoais	995,26	563,07
Contrato Assistência F3M	1 539,04	1 054,37
Seguro Acidentes de Trabalho	9 021,63	6 981,51
Outros		232,47
	16 523,72	13 511,01
Passivo		
Acordos Cooperação Segurança Social	58 134,93	
IEFP	12 966,79	4 603,93
POISE CLDS	68 900,09	131 655,29
Petrogal	22 000,00	33 000,00
PRR - Aquisição veiculo eletrico	24 753,96	
Rendas	10 987,62	10 283,19
	197 743,39	179 542,41

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, investimentos em *outros ativos financeiros*.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

Caixa e Depósitos Bancários	Período 2022	Período 2021
Caixa	1 833,02	5 165,80
Depósitos à Ordem	514 156,91	390 464,73
	515 989,93	395 630,53



11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Os ajustamentos, nomeadamente os relativos a imparidades, são apresentados no ponto 11.5 deste Anexo.

11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- c) Outros créditos;
- d) Fundos subscritos e não realizados;
- e) Diferimentos.

A Entidade não reconheceu, nos períodos em análise, dívidas a receber cuja duração seja superior a um ano.

11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

A Entidade não apresenta dívidas com maturidade superior a um ano e apresentadas no passivo não corrente.



12. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

(valores expressos em euros)

Subsídios e Doações	Período 2022	Período 2021
Doações	961,01	2 603,99
Donativos particulares e empresas	961,01	2 603,99
Subsídios ao Investimento	10 897,08	10 897,08
Imputação a rendimento	10 897,08	10 897,08
Subsídios à exploração	1 014 671,13	959 502,75
Subsídios – Instituto Solidariedade e Seguração Social	849 981,00	805 031,78
POPH	103 599,63	94 699,45
IEFP	40 918,01	48 520,36
COVID-19		5 000,00
PAC-PO APMC/2018	6 828,49	589,66
IAPMEI	8 344,00	5 661,50
MUNICÍPIO DE MEDA	5 000,00	
	1 025 568,21	970 399,83

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2022	Período 2021	Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2022	Período 2021
Trabalhos especializados	56 981,29	29 321,72	Água	10 506,14	4 377,63
Honorários	25 090,12	48 010,13	Deslocações e estadas	370,21	453,05
Conservação e reparação	95 178,52	73 656,42	Rendas e alugueres	1 524,65	1 158,09
Serviços bancários	1 580,44	701,47	Comunicação	6 193,45	7 180,60
Ferramentas e utens. desgaste rápido	13 576,25	18 799,42	Seguros	10 029,34	10 354,33
Material de escritório	3 316,92	4 932,15	Contencioso e notariado	0,00	1 000,66
Artigos para oferta	3 610,46	1 908,41	Limpeza, higiene e conforto	4 999,78	7 103,20
Restantes Materiais	49,00	457,15	Outros serviços	7 245,28	2 268,41
Electricidade	62 922,05	41 132,52	Outros	29,86	0,00
Combustíveis	115 157,71	92 817,46	Total	418 361,47	345 632,82



14. Outros rendimentos e Outros gastos

14.1. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Outros Rendimentos e Ganhos	Período 2022	Período 2021
Rendimentos suplementares	98 931,17	929,53
Ganhos em inventários		1 877,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	115 669,09	142 042,19
Outros	34 586,30	28 738,94
Total	249 186,56	173 587,66

14.2. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Outros Gastos e Perdas	Período 2022	Período 2021
Impostos	1 735,16	1 759,77
Outros	3 228,82	7 599,00
Total	4 963,98	9 358,77

15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

(valores expressos em euros)

Resultados Financeiros	Período 2022	Período 2021
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		11,66
Outros gastos e perdas de financiamento		11,66
Total		(11,66)



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Neto' at the top.

16. Benefícios dos empregados

16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.

16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

- a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;
- b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e
- c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade é o apresentado no quadro seguinte:

Colaboradores durante o período	Período 2022		Período 2021	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	5	5	5	5
Empregados	98	99	112	109
Cooperantes				
Voluntários				



Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com os funcionários	Período 2022	Período 2021
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	1 159 754,66	1 112 250,80
Benefícios pós-emprego		
Encargos sobre remunerações	236 916,73	221 487,29
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	15 405,33	13 992,53
Gastos em ações social		
Outros gastos com o pessoal	166,80	7 213,87
Totais	1 412 243,52	1 354 944,49

17. Acontecimentos após data de Balanço

17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

À data da elaboração deste relatório, Portugal e o mundo continuam a enfrentar, com dificuldade e preocupação, embora com menor intensidade face a anos anteriores, a Pandemia provocada pela disseminação generalizada do vírus Covid-19, tendo sido decretado diversos estados de Emergência, não se conhecendo, nem sendo possível antecipar, a extensão dos seus efeitos e das possíveis limitações que enfrentaremos no futuro, acreditando e apresentando o presente relatório assente no princípio da continuidade.

A pandemia do Covid-19, poderá vir a ter impacto direto e indireto nos nossos Utentes/Clientes, Fornecedores, Colaboradores e outras partes envolvidas no negócio.

A magnitude, extensão e durabilidade do atual momento de incerteza, torna a avaliação dos seus impactos diretos e indiretos, num exercício árduo e incerto. Pelo que à data de hoje a Misericórdia não tem informação disponível para proceder à sua eventual quantificação.

A Misericórdia está neste momento a gerir o seu plano de atividades e a trabalhar com o objetivo de encontrar soluções para dar resposta à procura da instituição, dentro dos trâmites legais instituídos pela Direção Geral de Saúde.



A Misericórdia tem procurado assegurar o bem-estar permanente de todos os Colaboradores e procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a sua saúde e segurança, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia.

A 24 de fevereiro 2022 a Rússia iniciou a invasão da Ucrânia. Como resposta várias jurisdições impuseram sanções económicas à Rússia e à Bielorrússia que têm vindo a ser seguidas por um número crescente de empresas públicas e privadas que anunciaram ações voluntárias para reduzir as atividades comerciais com esses países.

A Entidade tem procurado acompanhar, antecipar e mitigar os impactos da pandemia COVID19, tanto na vertente sanitária como económico-financeira, bem como nas atividades desenvolvidos. A Entidade tem ainda vindo a acompanhar a evolução do impacto da guerra da Rússia - Ucrânia no custo das matérias primas e da energia, bem como o aumento dos gastos com o pessoal fruto das atualizações salariais e das pressões resultantes do crescimento da inflação.

A entidade permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de atuação, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Existe convicção de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com os parceiros se está preparado para enfrentar este desafio.

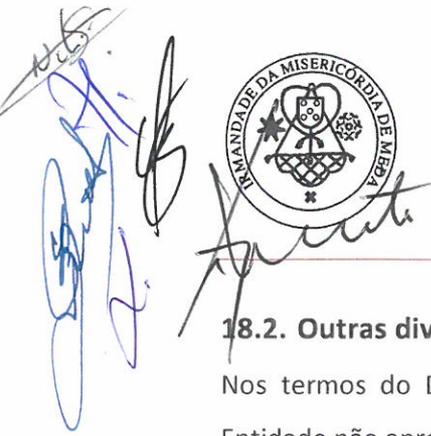
No mês de fevereiro de 2023 ocorreu um incêndio num edifício da Rua da Rosa em Lisboa, que ainda não consta do cadastro de bens da misericórdia, este originou a sua perda total. O valor coberto em seguro afeto a este imóvel, estima-se que o poderá repor para o estado anterior ao do sinistro.

De 31 de dezembro de 2022 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

18.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.

A Entidade não efetuou qualquer dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido em gastos.



18.2. Outras divulgações

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não apresentava dívidas ao Estado em mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que, em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não tinha dívidas em mora à Segurança Social.

À data de elaboração do presente Anexo a Entidade tinha a situação tributária regularizada perante a Administração Tributária e Aduaneira e perante a Segurança Social.

19. Outras divulgações

19.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

- a) Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada; e
- b) Outras informações sobre as operações necessárias para apreciar a posição financeira da entidade (divulgação limitada às operações contratadas com fundadores/patrocinadores/ doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).

19.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Não existem entidades relacionadas nem outras divulgações relevantes a efetuar que permitam melhorar a compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade.

A atividade desenvolvida no exercício de 2022 refletiu os efeitos da pandemia COVID-19 e da guerra entre Ucrânia e Rússia, nomeadamente com o aumento dos preços da energia e dos produtos em geral. O seu impacto na atividade operacional refletiu-se no aumento dos custos da atividade. Todavia, a Misericórdia recebeu um apoio financeiro extraordinário como forma de atualização dos acordos de cooperação do ano com a segurança social.

De notar que, tendo em conta a atividade desenvolvida em prol dos utentes, é expectável que o nível de atividade permaneça em virtude da necessidade dos utentes, ou até aumente.

A Misericórdia tem procurado acompanhar, antecipar e mitigar os impactos da pandemia COVID19 e da guerra Rússia-Ucrânia, tanto na vertente sanitária como económico-financeira, nas diversas valências desenvolvidas.



Simultaneamente, a Misericórdia aderiu a diversos apoios do IEFP na contratação de funcionários e a outros apoios como forma de melhorar a sua situação financeira e económica. A Misericórdia evidencia, atualmente, uma sólida geração de cash-flow e uma posição financeira reforçada, sendo convicção da Mesa Administrativa, que face à sua situação financeira e de liquidez, ultrapassará os impactos negativos destas crises, sem que esteja em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras. Também os fundos patrimoniais evidenciam já uma situação patrimonial bastante positiva.

A Misericórdia apresenta um plano de continuidade assente na sua atividade operacional junto dos utentes e que está protocolada como a Segurança Social, bem como nos planos de investimento e de candidaturas a apoios financeiros ao investimento e aos projetos de empregabilidade dos utentes.

Os planos que têm vindo a ser programados procuram assegurar a capacidade de cumprimento de todos os deveres legais e regulatórios, nomeadamente de reporte de informação e de salvaguarda dos direitos dos utentes.

Mêda, 15 de março de 2023

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Anselmo Antunes de Sousa

Jorge Adalberto Marques Daniel

António João do Nascimento

Luís Filipe Branco Lopes



António José Borges Prata



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora que efetuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mêda (doravante designada Instituição), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

Acompanhámos o desenvolvimento da atividade da Instituição, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Mesa Administrativa, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram corretamente elaboradas e contabilizadas, tendo como base o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Analisámos, também, o relatório da Mesa Administrativa, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram desenvolvidas pela Instituição.

Face ao exposto, concluímos que o Relatório de Gestão, a Demonstração de Resultados e o Balanço exprimem de forma correta e verdadeira a situação patrimonial da Instituição, pelo que damos o nosso parecer favorável aos respetivos documentos.

Mêda, 15 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL,

Carlos Manuel Ferreira Sampaio

Presidente

Cristina Coelho Sequeira

Vogal

Palmira Maria Sião Martins Carneiro

Vogal

ACTAS

Ata n. 1 do Ano de 2023

Aos quinze dias do mês de Março, do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Meda, pessoa coletiva N° 501 233 296, com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, União de Freguesias de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa. Reuniu este Conselho Fiscal para nos termos do n° 1 do art 31 do Compromisso da Misericórdia de Meda emitir parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência referentes ao exercício de 2022 e demais elementos, em sessão ordinária. -----

Encontravam-se presentes os seguintes membros do Conselho Fiscal: Carlos Manuel Ferreira Sampaio, Cristina Sofia Ferreira Coelho Sequeira e Palmira Maria Sião Martins Carneiro, representado pela sua totalidade.-----

----- Presidiu à Reunião o Senhor Presidente do Conselho Fiscal, verificando encontrarem-se reunidos a maioria dos membros, declarou a reunião validamente constituída e em condições de deliberar, nos termos do Artigo N° 19 do Compromisso. -----

Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Fiscal, deu como aberta a reunião, esteve presente na reunião prestando todos os esclarecimentos o Contabilista Certificado, Dr. Nélio dos Santos Patrício Sousa e o Sr. Provedor Dr. Anselmo Antunes de Sousa. -----

Depois de uma análise pormenorizada ao Balanço e Demonstração de Resultados e demais peças contabilísticas nomeadamente balancetes analíticos antes e após apuramento, demonstrações de resultados de valências, Ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis, concluiu-se que o Balanço evidencia um total de ativo líquido de 4.146.447,06 euros, um passivo de 553.730,85 euros e um fundo patrimonial de 3.592.716,21 euros sendo o resultado líquido do exercício negativo no valor de 12.741,63 euros.

Foram ainda analisadas as contas de disponibilidades incluindo depósitos a prazo que evidenciavam um saldo em 31-12-2022 de 515.989,93 euros que em relação ao ano anterior variou positivamente em 120.359,40 euros-----

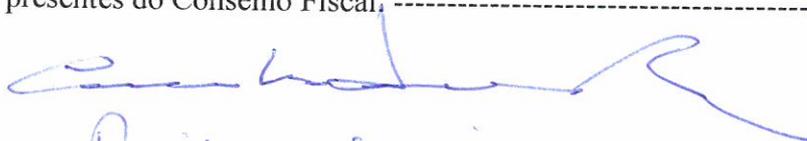


ACTAS

Assim o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo permitem uma adequada compreensão da situação económico-financeira e do desempenho da Santa Casa e refletem de uma forma verdadeira e apropriada à data de 31 de Dezembro de 2022.

Nestes termos somos de parecer que sejam aprovadas as contas de gerência do exercício económico de 2022 e que o resultado seja transferido para Resultados Transitados.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos elementos presentes do Conselho Fiscal.-----



Orlando Espírito

Presidente do Conselho Fiscal



ACTAS

Ata da sessão de 27 de Março de 2023

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas, reuniu a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Meda, pessoa coletiva n.º 501 233 296, com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, União de Freguesias de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa cidade de Meda, cuja mesa foi presidida pelo seu presidente Pe. Basílio Assunção Firmino, pelo Vice-Presidente Dr. Paulo Jorge de Lemos Amaral e Secretária Dra. Carla Sofia Silva Sequeira, de acordo com a convocatória escrita, assinada pelo Presidente da Assembleia Geral, bem como através de edital público colocado no expositor da secretária da Santa Casa, de acordo com o disposto no Compromisso, com a seguinte ordem de trabalhos:---

1-Informações;-----

2-Apreciação, discussão e aprovação das Contas de Gerência do ano económico de 2022;-----

3-Outros assuntos;-----

Aberta a sessão a Assembleia só funcionou meia hora depois, nos termos do n. 1, art.º 24 do compromisso. -----

Estiveram presentes os irmãos constantes da lista de presenças anexa a esta ata.-----

O Presidente da Mesa deu início à reunião e leu a ordem de trabalhos constante da convocatória:-----

No uso da palavra o Sr. Presidente procedeu à abertura da sessão e cumprimentou os irmãos presentes.-----

Evocou numa breve análise a alteração do horário de inverno para o horário de verão e pediu desculpa aos irmãos pelo fato de não ter sido marcado o início da assembleia para meia hora mais tarde. -----

Foi lida a ata da assembleia geral anterior sendo aprovada por maioria dos irmãos presentes.---

O Sr. Presidente leu a ordem de trabalhos constante da convocatória:-----

Ponto 1- Informações – O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Provedor que começou por cumprimentar a mesa e os irmãos presentes. -----

Deu conhecimento da continuidade do protocolo assinado entre a santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal para acolhimento e apoio a refugiados da Ucrânia, no edifício da antiga Casa de Bem Estar.-----

Informou ainda da continuidade dos contratos ao abrigo do programa CEI+ do IEFP com os três ucranianos até novembro do corrente ano.-----



ACTAS

No que diz respeito à aquisição da viatura elétrica por parte da Santa Casa, informa que a sua entrega está para breve.-----

Salientou ainda que a mesa administrativa está atenta e a aguardar a abertura de candidaturas do programa da economia social.-----

Deu conhecimento acerca da circular recebida pelas misericórdias, a qual obriga a que haja uma atualização salarial, que nada tem a ver com a atualização do salário mínimo nacional, o que irá provocar um acréscimo de seis a sete mil euros mensais na rubrica dos salários.-----

No que diz respeito ao património que a Santa Casa detém em Lisboa, o Sr. Provedor referiu que a Santa Casa tem sido alvo de várias notificações por parte da Camara Municipal de Lisboa para a realização de obras de conservação urgentes no prédio sito na Av. Estados Unidos da América, 118. Relativamente aos imóveis do B.º Alto Sr. Provedor informa que está a ser efetuada a prospeção de mercado, e que o resultado da possível venda do mesmo reverterá para as obras de manutenção e melhoramento do prédio da Av. E.U.A..-----

Informa também que está a decorrer o processo de legalização do património que embora a nível de finanças esteja em nome da Instituição, o mesmo não acontece a nível de registo na conservatória. Aguarda escritura de justificação-----

Ponto dois: Apreciação, discussão e aprovação das contas de gerência de 2022. -----

Foi feita a leitura do parecer do Conselho Fiscal, no qual o mesmo se pronunciou favorável às contas de gerência do ano económico de 2022-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Provedor, o qual fez uma prévia e breve explicação sobre as contas. Depois o Senhor Presidente da Mesa remeteu a palavra ao Contabilista Certificado Dr. Nélio Sousa para a apreciação, discussão e aprovação das Contas de Gerência do ano económico de 2022, -----

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu e elogiou a apresentação dos referidos documentos, a qual foi feita de uma forma muito esclarecedora e pormenorizada, tendo, de seguida, dado a palavra aos irmãos que quiseram colocar algumas questões ou pedidos de esclarecimento sobre os documentos em análise. -----

Interveio o irmão Lusitano Amaral, que colocou algumas questões técnicas e específicas que mereceram resposta esclarecedora por parte do Contabilista. Congratulou-se com o trabalho apresentado, fez um balanço dos resultados dos anos de 2018 até 2022, considerando satisfatória a sua evolução gestonária até ao presente. Agradece os esclarecimentos efetuados pelo Técnico Oficial de Contas, dando – lhe os parabéns, bem como aos Mesários. -----

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia procedeu à votação do Relatório de Contas de Gerência do ano 2022 cujo resultado foi negativo em 12.741,63 (doze mil setecentos e quarenta e um euros e sessenta e três cêntimos), apresentando o balanço um total de ativo de



ACTAS

4.146.447,06 (quatro milhões cento e quarenta e seis mil quatrocentos e quarenta e sete euros e seis cêntimos) e um total de passivo de 553.730,85 (quinhentos e cinquenta e três mil setecentos e trinta euros e oitenta e cinco cêntimos), sendo o mesmo aprovado por unanimidade e os resultados transferidos para Resultados Transitados.

Este ponto foi objeto de proposta em forma de minuta que mereceu a aprovação dos presentes por unanimidade.-----

De imediato submeteu o mesmo documento para aprovação em minuta. Foi aprovado por unanimidade.-----

Ponto três: Outros assuntos-----

O Sr. Presidente da Assembleia Geral deu a palavra aos irmãos da assembleia. Usou da palavra o irmão Jorge Lima Saraiva teceu considerações sobre a gestão, congratulando-se com a Mesa Administrativa. Deixou uma recomendação, a criação de um fundo, que só em último recurso deverá ser usado.-----

Usou da palavra a irmã Maria de Lurdes Matias Figueiredo que se congratulou com a apresentação das contas. Dá os parabéns pela admissão de dois jovens na instituição, Dra. Cristiana e Dr. Pedro Prata pois na sua opinião são uma mais-valia para os utentes.-----

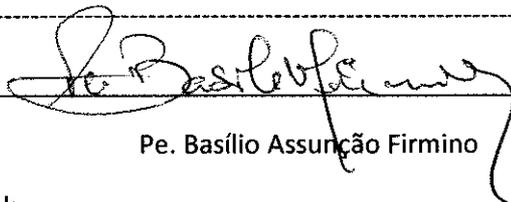
Elogiou também a parte médica e de enfermagem. Seguidamente questionou o Sr. Provedor a respeito da ausência de identificação das funcionárias quer seja com crachá ou o nome bordado nas fardas. Refere ainda que está na altura de começar a aliviar as medidas devido ao Covid 19 e que deveriam começar a deixar entrar os familiares na instituição.-----

Salienta ainda que o valor das quotas pago pelos irmãos deveria ser revisto, pois é uma insignificância.-----

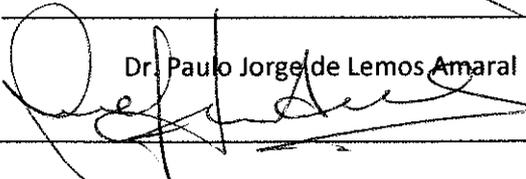
No uso da palavra o Sr. Provedor prestou esclarecimentos julgados convenientes sobre os assuntos em apreço, mais se congratulou com o apoio dos restantes mesários pelos resultados obtidos.-----

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas 22h30m da qual se lavrou a presente ata que em minuta foi lida em voz alta e depois de lida e achada conforme vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

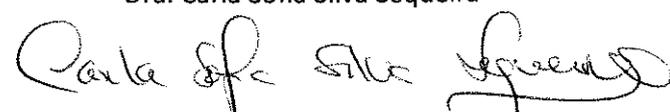
Presidente da Assembleia Geral: _____


Pe. Basílio Assunção Firmino

Vice-presidente da Assembleia Geral: _____


Dr. Paulo Jorge de Lemos Amaral

Secretária da Assembleia Geral: _____


Dra. Carla Sofia Silva Sequeira

